



41 ° CONSELHO NACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE PÓS-GRADUANDOS

Gestão 2016/2018

Em defesa da democracia, nenhuma direito a menos!

São Luís, 25 de novembro de 2017



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS

Gestão 2016/2018

Presidenta

Tamara Naiz (UFG)

Vice-Presidente

Márcio Cristiano de Melo
(UNICAMP)

Tesouraria Geral

Elisângela Volpe (FMU)

Secretário-geral

Vinícius Soares (UPE)

Diretora de Comunicação

Karoline Rocha (USP/UNESP)

Diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação

Pedro Henrique Côrrea (UERJ)

Diretora de Política Institucionais

Manuelle Matias (UERJ)

1ª Diretora de Políticas Institucionais

Meirielle Tainara (UFSC)

2ª Diretora de Políticas Institucionais

Aline Franco Diniz (USP)

Diretor de Relações Internacionais

Flávio Franco (UFBA)

Diretor de Instituições Particulares

José Martins (AVANTIS)

Diretora de Instituições Públicas

Alice Matos de Pina (UFRJ)

Diretora de Movimentos Sociais

Clara Lima de Oliveira (UFBA)

Vice-presidente Regional Sul

Éverton Brezolin (UFRGS)

Vice-presidenta Regional Sudeste

Laís Moreira Silva (UFMG)

Vice-presidenta Regional São Paulo

Karen Kastelli (UNESP)

Vice-presidenta Regional Centro-Oeste

Raísa Romênia Vieira (UFG)

Vice-presidenta Regional Nordeste

Lucivânia Nascimento
(UFSB)

Vice-presidente Regional Norte

Raí Campos (UFPA)

Diretor de Saúde

Giovanny Kley (UFAC)

Diretor de Cultura e Eventos Científicos

Ulisses Ferreira (ENCE/IBGE)

Diretor de Políticas Educativas

Marco Túlio Jorge Cortez
(UFLA)

Diretor de Pós-Graduação Lato Sensu

Philipe Pessoa (UNICAMP)

Diretora de Mulheres

Luyanne Catarina Lourenço de
Azevedo (UERJ)

Diretora de Política de Empregos

Érica (UFBA)

Diretora de Combate às Opressões

Isis Ferreira (UNESP)

Diretora de Direitos dos Pós- Graduandos

Stephanie Viena (Uninove)

Diretor de Universidades Estaduais

Caiã Cremasco Recepti
(USP)

Diretora de Ensino à Distância

Larissa Moraes (UFLA)

Diretor Acadêmico e Científico

Gabriel Nascimento (USP)

Diretora de Juventude

Alecilda Aparecida
Alves Oliveira (UFU)

Diretor de Tecnologia da Comunicação e Inovação

Isley Borges da Silva Júnior
(UFU)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. PROGRAMAMAÇÃO	5
3. MUDANÇAS NA DIRETORIA.....	6
4. CONVOCAÇÃO DO XXVI CONGRESSO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS	7
5. RESOLUÇÃO POLÍTICA, PROPOSTAS E MOÇÕES.....	8
5.1. CARTA DE SÃO LUÍS	8
5.2. CARTA DE APOIO AS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO RIO DE JANEIRO	10
5.3. PROPOSTAS.....	13
5.3.1. PROPOSTAS DE AÇÕES E LUTAS (CÁRATER GERAL).....	13
5.3.2. PROPOSTAS AO DOCUMENTO DE DIREITOS	16
5.3.3. PROPOSTAS ESTATUTÁRIAS.....	17
5.4. MOÇÕES.....	18
o Moção apoio à mobilização dos estudantes de medicina e enfermagem da USP	18
o Moção de apoio à greve nacional	18
o Moção de apoio à tese dos estudantes da Fiocruz para o 7o Congresso Interno da Fiocruz	18
o Moção: Fica PIBID!.....	19
o Moção pelo arquivamento do processo administrativo contra nove alunos da USP São Carlos	22
o Moção de arquivamento da sindicância sobre o JURA	22
o Moção em apoio à prorrogação de bolsa em função de maternidade e adoção	23
o Moção em defesa da Saúde e Democracia	23
o Moção contra a Escola Sem Partido	24

1. INTRODUÇÃO

Durante os vinte quatro dias e vinte cinco dias do ano de dois mil e dezessete, no Centro de Criatividade Odylo Costa Filho, na cidade de São Luís, estado do Maranhão, reuniu-se o Conselho Nacional de Associações de Pós-Graduandos para sua 41 º reunião. Além dos representantes das APGs, estavam presentes integrantes da diretoria da Associação Nacional de Pós-Graduandos e pós-graduandos observadores.

O 41º CONAP trouxe como tema balizador **“Pós-graduandos em defesa da Ciência e do Brasil! Pugnar pela democracia, superar a crise e conquistar direitos”** e teve o objetivo de congregar as Associações de Pós-Graduandos (APGs) de todo o país para discutir sobre a importância dos estudantes de pós-graduação na produção científica do país e os direitos que são pertinentes a eles, além da necessidade de reforço de investimentos em programas para o setor, a fim de criar um ambiente cada vez propício para o livre desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica no Brasil. O CONAP se constitui uma instância deliberativa, consultiva e fiscal da Associação Nacional de Pós-Graduandos, sendo realizado a cada 2 anos. E se configura como instrumento fundamental para a discussão da pós-graduação, abordando as realidades locais, com a participação de representantes das APGs de todo território nacional.



2. PROGRAMAÇÃO

24 DE NOVEMBRO – SEXTA - FEIRA

10hs	<u>Mesa de abertura</u> Pós-graduandos em defesa da Ciência e do Brasil! Pungar pela democracia, superar a crise e conquistar direitos.
13h30min-15hs	<u>Mesa de debate:</u> Desafios para superação da crise e retomada do desenvolvimento brasileiro.
15h30min- 17h30min	<u>Grupos de trabalhos diversos: Direitos dos pós-graduandos</u> Grupo I – Trabalhistas, previdenciários, estudantis Grupo II – Cotas, adoecimento e assédio na pós-graduação
18h00- 19h30min	Grupo de trabalhos diversos: Fóruns de Educação e Saúde. Fórum de Educação – Hercília Melo Fórum de Saúde – Diretor de Saúde

25 DE NOVEMBRO – SÁBADO

09h30min	<u>Mesa de debate</u> Desafios da educação superior e da Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil e na América Latina
12h00min	Prazo limite para entrega de propostas a comissão de relatoria e sistematização
13h30min- 15h00min	<u>Grupos de trabalhos diversos: Movimento Nacional de Pós-Graduandos</u> Organização jurídica e Financeira Comunicação e Gestão
16h	Plenária Final

3. MUDANÇAS NA DIRETORIA

Na segunda pauta da reunião foi aprovada mudanças em algumas diretorias da ANPG gestão 2016/2018 que passam a ser compostas pelos seguintes pós-graduandas (os):

- Vice-presidência - Márcio Cristiano de Melo (UNICAMP)
- Diretoria de Mulheres – Luyanne Catarina Lourenço de Azevedo (UERJ)
- Diretoria de Universidades Estaduais – Caiã Cremasco Receputi (USP)





41º

CONAP CONSELHO NACIONAL
DE ASSOCIAÇÕES
DE PÓS-GRADUANDOS

Tomo do 41 Conselho Nacional de Associações de Pós-Graduandos – 41 CONAP
Gestão 2016/2018: Em defesa da democracia, nenhuma direito a menos!

7

4. CONVOCAÇÃO DO XXVI CONGRESSO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS

A partir do 41 CONAP fica convocado do XXVI Congresso Nacional de Pós-Graduandos a ser realizado em meados de maio a julho com indicativo da seguintes cidades-sede: Campinas – SP; Brasília -DF; ou Diamantina – MG. Fica a cargo da Diretoria Executiva da ANPG a viabilização do congresso em uma dessas cidades sedes.



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS

5. RESOLUÇÃO POLÍTICA, PROPOSTAS E MOÇÕES

5.1. CARTA DE SÃO LUÍS

CARTA DE SÃO LUÍS

São Luís, 25 de novembro de 2017.

“Sei que a vida vale a pena, mesmo que o pão seja caro e a liberdade pequena.” Ferreira Gullar

Nós, Associações de Pós-graduandos (APGs), reunidas 41º Conselho Nacional de Associações de Pós-Graduandos da ANPG, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, acreditamos que a superação do momento de crise generalizada que o Brasil atravessa é possível por meio de fortes investimentos na educação pública, gratuita, de qualidade e em Ciência, Tecnologia e Inovação, fundamentais para a criação de oportunidades e defesa da democracia e da soberania nacional.

Neste momento, em que os direitos sociais são veementemente atacados, o futuro do país está em risco por medidas impopulares e antidemocráticas do governo ilegítimo de Michel Temer. Uma onda de retrocessos ataca o povo brasileiro com as antirreformas trabalhista e da previdência, que destroem o papel da CLT, inviabilizam o direito à aposentadoria e fragilizam as condições dignas de trabalho.

Além disso, a Emenda Constitucional nº 95, que congela por 20 anos os investimentos públicos em áreas essenciais para a estruturação social como a Educação, Saúde, a Ciência, Tecnologia e Inovação, transformou o cenário da ciência brasileira no pior possível, levando-o a um colapso, já que chegamos a 2017 com o orçamento mais baixo das últimas décadas. A EC 95 também reduz o orçamento das universidades e da educação como um todo e mata os Planos Nacionais de Educação (PNE) e de Pós-Graduação (PNPG), que têm importantes metas para expansão e qualificação em todos os níveis de ensino. Os cortes drásticos de investimento em CTI contribuem para o aprofundamento da crise que assola o país. Neste momento, propostas surgem como a cobrança de mensalidade nas universidades públicas e o



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS



41º

CONAP CONSELHO NACIONAL
DE ASSOCIAÇÕES
DE PÓS-GRADUANDOS

Tomo do 41 Conselho Nacional de Associações de Pós-Graduandos – 41 CONAP
Gestão 2016/2018: Em defesa da democracia, nenhuma direito a menos!

9

financiamento privado da CTI. Estas propostas significam um projeto de redução do papel do Estado como indutor do desenvolvimento educacional, científico e tecnológico do país.

Por tudo isso, o 41º Conap conclama os estudantes de pós-graduação e suas entidades representativas, desde já, a fortalecer a insígnia tema deste conselho: "Pós-graduandos em defesa da ciência e do Brasil! Pugnar pela democracia, superar a crise e conquistar direitos!" a intensificar a luta em defesa do financiamento da educação e CTI e a mobilizar assembleias e reuniões para organizar o apoio dos pós-graduandos à Greve Nacional de 5 de dezembro convocada pelas centrais sindicais Contra a Reforma da Previdência e em defesa dos direitos.

Sem investimento não há futuro! Este é momento de sairmos em defesa da soberania nacional, da democracia, de nossas riquezas naturais e dos direitos! #ForaTemer #DiretasJá #SOSciência
#NenhumDireitoaMenos

São Luís, Maranhão

41 Conselho Nacional de Associações de Pós-graduandos



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS

5.2. CARTA DE APOIO AS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO RIO DE JANEIRO

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) é apontada em diversos rankings nacionais e internacionais como uma das melhores universidades do planeta no tripé Ensino, Pesquisa e extensão. O início da UERJ remonta a remoção da favela do esqueleto ainda no antigo Estado da Guanabara. Este começo de exclusão dos mais pobres do centro urbano da cidade e da universidade fez com que a UERJ se tornasse pioneira na política pública de cotas raciais e sociais no ano de 2003, devido à luta histórica do movimento negro. Acreditamos que o caráter social da desta universidade seja um dos motivos para a tentativa do desmonte da UERJ, que se agravou a partir de 2015 com a crise estrutural e financeira do Estado do Rio de Janeiro, causada pelo desgoverno do PMDB com Sérgio Cabral, Luiz Fernando Pezão, Jorge Piccianni e cia. A crise no estado e a vinculação direta da UERJ ao caixa único do Estado do Rio de Janeiro causam o não pagamento do custeio para a manutenção e funcionamento da universidade, ou seja, não há normalidade na UERJ e atrelado a isso sucessivas greves das três categorias da universidade - corpo docente, técnico-administrativo e discente. Sendo assim, atualmente o Estado do Rio de Janeiro é o principal laboratório das políticas neoliberais, conservadoras e anti-democráticas que tornam a UERJ principal alvo do desmonte das universidades públicas por sua popularização e caráter popular, sendo então um ataque direto ao direito fundamental que é a educação. Por isso, conclamamos a todas e todos à luta pela pós-graduação, pela ciência, pela educação e pela UERJ, UENF, UEZO, CAP-UERJ e FAETEC!

A luta em defesa da ciência brasileira e fluminense através da CAPES, do CNPQ, da FAPERJ e demais agências de fomento à pesquisa e a ciência nacional, e conseqüentemente, para o desenvolvimento social e econômico da nação e de nossa soberania. Ademais, é imprescindível pautar a relação assimétrica entre a instituição CAPES e a Universidade/professores/pesquisadores/alunos. A CAPES, que historicamente foi criada por Anísio Teixeira com a intenção de fomentar e induzir a pós-graduação, teve suas intenções modificadas no período da ditadura militar (1976), introduzindo as avaliações dos programas. Este modelo avaliativo atual incentiva o produtivismo acadêmico e não as qualidades das pesquisas. Produtivismo este que adocece pesquisadores e relaciona-se diretamente ao assédio moral dentro do ambiente acadêmico. Nos últimos anos, houve no meio virtual um crescimento de campanhas - que se tornaram virais - abordando a temática do assédio. Em 2016, a campanha chamada “não é normal”, ampliou o debate sobre a questão do



assédio moral dentro do espaço acadêmico - práticas tão naturalizados quanto o assédio sexual. É importante trazer estas pautas para o dia-a-dia, dialogando diretamente com questões de saúde mental e adoecimento das pós-graduandas e graduandos. Repudiamos o assédio, em qualquer âmbito, dentro do ambiente acadêmico.

Estamos na luta em defesa das universidades públicas, gratuitas e de qualidade, em especial, das universidades estaduais – que assim como a UERJ passam por graves crises de financiamento. Defender a UERJ é defender a Universidade Estadual da Zona Oeste (UEZO), a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) e às Fundações de Apoio às Escolas Técnicas (FAETECs) que sofrem grave sucateamento e não possuem a mesma visibilidade, porém possuem extrema relevância para a educação e a ciência fluminense e nacional. Pautamos a defesa do duodécimo para a UERJ, UENF e UEZO, pois através deste mecanismo de repasse mensal de verbas para as universidades serão respeitadas suas autonomias financeiras, como previsto na constituição do Estado do Rio de Janeiro

Lutar pela UERJ é, também, lutar por assistência estudantil, não só na graduação, mas também na pós-graduação, pois as pós-graduandas e pós-graduandos necessitam da bolsa permanência, do restaurante universitário (bandejão), e do passe-livre universitário (municipal, intermunicipal e intermodal). É importante fazer o adendo de que, muitas destas pós-graduandas e graduandos, são migrantes ou cotistas e necessitam da assistência estudantil como condição básica para se manter na Universidade, fazer ciência e fortalecer a pós-graduação durante o período de realização do curso. Defendemos a ampliação das vagas para as cotas raciais e sociais na pós-graduação, pois entendemos o ensino superior como um espaço estratégico de formação e acesso às condições de ascensão social. Num país onde o racismo é estrutural e a educação possui caráter meritocrático, as ações afirmativas se fazem cada vez mais necessárias como possibilidade de equalização social, viabilizando o ingresso - mas não a permanência - destes estudantes.

A UERJ não se reduz ao polo Maracanã, portanto os campi externos e periféricos da UERJ como a Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF) e a Faculdade de Formação de Professores (FFP) localizadas em Duque de Caxias e São Gonçalo, respectivamente, resistem contra a precarização. Seguimos na luta por expansão e assistência estudantil básica como bandejão - inexistente nos dois polos. Conjuntamente defendemos também o Colégio de Aplicação da UERJ (CAp-UERJ) como um colégio

público de referência pela qualidade dos professores e na formação cidadã dos seus alunos. Esses três campi representam a importância da educação básica para a UERJ e como espaços de luta.

Ressaltamos, que no dia 25 de outubro de 2017 um grupo fascista adentrou a UERJ Maracanã durante uma atividade do programa de pós-graduação de História sobre os 100 anos da Revolução Russa, hostilizando e intimidando estudantes e professores, pedindo a volta da ditadura militar. Nas últimas semanas circularam imagens e vídeos na Internet, alguns deles produzidos pelo próprio grupo fascista. Este tipo de ação fere o direito e a liberdade de expressão, numa conjuntura onde afloram discursos de ódio fascistas, racistas misóginos, lgbtfóbicos - e defensores do projeto de Lei Escola sem Partido - que foi arquivado no dia 20 de novembro pelo seu próprio redator - incitam este tipo de ato de “caça às bruxas”. A APG UERJ se solidariza às companheiras e companheiros da pós-graduação de História e repudia tipo de ato que fere o direito de liberdade de expressão.

Lutamos por uma Universidade e uma pós-graduação mais plural, onde não haja o cerceamento de nossos corpos e nosso direito de simplesmente ser.

41 Conselho Nacional de Associações de Pós-Graduandos

25 de novembro de 2017

São Luís, Maranhão.

5.3. PROPOSTAS

5.3.1. PROPOSTAS DE AÇÕES E LUTAS (CÁRATER GERAL)

- i. Solidarização e aproximação da ANPG com lutas e debates do Movimento Sindical;
- ii. Acompanhamento da ANPG quanto à regulamentação dos doutorados profissionais, junto às formulações para implantação;
- iii. Fortalecer a luta pela aprovação da Política nacional de assistência estudantil com a inclusão do pós-graduando como política de Estado, em prol da aprovação do PL em tramitação, assim como o PL de Ações afirmativas e reajuste de bolsas;
- iv. Participação da ANPG em instâncias de formulação de Resoluções com tocante à concessão de bolsas voltadas à pós-graduação;
- v. Luta da ANPG, em parceria com APGs, pela garantia do passe livre ou meio-passe à (ao) pós-graduanda(o) como demais estudantes, no transporte municipal, intermunicipal e intermodal (GT previdência) ;
- vi. Mapeamento da ANPG, junto às APGs, de políticas institucionais que fortaleçam os direitos trabalhistas, previdenciários e estudantis para as (os) pós-graduandas(os);
- vii. Efetivação da Comissão de Inclusão de Pós-graduandos Migrantes Internacionais na ANPG e criação de comissões nas localidades a partir das APGs, com o objetivo de garantir o acesso aos direitos e prerrogativas das(os) estudantes, facilitando a interlocução com as instituições de ensino, com garantia de participação de pós-graduandas(os) migrantes internacionais;
- viii. Luta da ANPG no combate a todas as formas de assédio ;
- ix. Fortalecimento da ANPG quanto ao papel das APGs em mediação de conflitos envolvendo pós-graduandas(os) junto às suas instituições ;
- x. Defesa da ANPG junto a instituições pelo reconhecimento do vínculo e acolhimento de estudantes que trabalham como estagiária(o)-voluntária(o) na pós-graduação;
- xi. Constituição de observatório de ações afirmativas na pós-graduação no âmbito da ANPG para apoio e acompanhamento da implantação/implementação (GT assédio) ;



- xii. Defesa de políticas de assistência e permanência de pós-graduandas(os) oriundas(os) de ações afirmativas, com garantia de critérios de vulnerabilidade socioeconômica e racial, não restritivos à classificação de notas no processo seletivo (GT assédio);
- xiii. Por critérios mais transparentes na concessão de bolsas de pós-graduação, a que não sirva para reiterar práticas de assédio por parte de orientadores e programas de pós-graduação;
- xiv. comitê nacional de ética em pesquisas, inclusive de representação indígena (GT assédio) ;
- xv. Defesa da descolonização do currículo de formação na pós-graduação, com inclusão de matrizes africanas, latino-americanas, quilombolas, indígenas e de gênero (GT assédio);
- xvi. Defesa de critérios qualitativos quanto à avaliação dos programas de pós-graduação, com premissas equitativas e criativas (GT assédio);
- xvii. Considerando que, historicamente, as universidades, como outras instituições, reproduzem e alimentam ambientes segregadores, os casos de assédio ocorrem com frequência alarmante. O assédio se configura através da exposição a situações humilhantes, degradantes e constrangedoras, através de atitudes, gestos, palavras faladas ou escritas. Essas ações são repetidas e podem ser isoladas (direcionadas a uma pessoa) ou coletivas (com toda uma turma de estudantes, por exemplo). Sua prática é mais comum quando envolve relações hierárquicas, autoritárias ou assimétricas. Assumido através das bandeiras históricas da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) e das Associações de Pós-Graduações (APG's), apresenta-se como propostas diante de reivindicações de combate a qualquer forma de assédio na Pós-Graduação:
 - a. Promover e realizar evento sobre assédio, adoecimento e saúde mental do pós-graduando, em parcerias com entidades de representação da pós-graduação, com produção de materiais informativos e campanhas, com confecção de cartilha para identificar formas e casos de assédio, constituição de espaço para denúncia no âmbito da ANPG, Criação e fortalecimento de ouvidorias nas instituições de ensino e pesquisa, composição de comissões cujo membros participantes não detenham conflito de interesse, com julgamento administrativo conforme princípios da administração pública.

Tomo do 41 Conselho Nacional de Associações de Pós-Graduandos – 41 CONAP
Gestão 2016/2018: Em defesa da democracia, nenhuma direito a menos!

15

- b. Diante disso, a ANPG coloca-se irrestritamente em defesa das(os) Pós-Graduandas(os) para avançar na luta que precisa ser constantemente debatida e imperiosamente enfrentada em todos os espaços e instâncias possíveis;
- xviii. Promover campanha quanto à discriminação racialindígena, de gênero, regionalidade, credo, cor e orientação sexual;
- xix. Inclusão de pós-graduandos como usuários dos serviços de saúde oferecidos pelas instituições de ensino, como os Núcleos de Apoio à Saúde do estudante e da(o) Servidora(or);
- xx. Promoção de debates e ampla mobilização sobre os direitos trabalhistas, previdenciários e estudantis para pós-graduandas(os), no calendário de trabalho da entidade (GT previdência) ;
- xxi. Defesa de mecanismos de autoavaliação institucional na avaliação dos programas de pós-graduação, com consulta à participação discente quanto a seu percurso formativo;
- xxii. Defesa da criação e regulamentação de sistema de avaliação das pós-graduações lato sensu;
- xxiii. Lutar pela garantia da participação dos pós-graduandos na definição e aplicação de recursos do PROAP/PROEX;
- xxiv. 24. Lutar pela garantia de que todas as portarias e resoluções de reajustes de bolsas sejam para todas as modalidades de residências em saúde, multiprofissionais, uniprofissionais e médicas;
- xxv. Defesa da elevação de peso no critério de retorno social junto à avaliação dos programas de pós-graduação;
- xxvi. Defesa do esforço estudantil em estágio, orientações acadêmicas, oficinas e outras atividades como atuação discente, no que concerne à avaliação dos programas de pós-graduação, não restringindo a teses, dissertações e artigos;
- xxvii. Luta pelas políticas de mobilidade estudantil, doutorado sanduiche e doutorado pleno no exterior;.
- xxviii. Luta em defesa da democratização do acesso à pós-graduação e processos de expansão;
- xxix. Luta pela incorporação de novos produtos de expressão e divulgação científica junto à CAPES;
- xxx. Que a ANPG trabalhe para a construção de uma ouvidoria, com intento de: recebimento de denúncias de pós-graduandas(os), suporte às APGs, bem como orientação jurídica às(os) pós-graduandas(os);

5.3.2. PROPOSTAS AO DOCUMENTO DE DIREITOS

- i. Na modalidade lato sensu, as atividades das (os) pós-graduandas (os) incluem: intervenções profissionais, nas modalidades de residência; Coleta de dados em campo; Qualificação do trabalho de conclusão de curso;
- ii. Na modalidade stricto sensu, as atividades das (os) pós-graduandas (os) incluem: participação em atividades laboratoriais de pesquisa;
- iii. Deve ser garantido o direito à contribuição previdenciária facultativa, a partir de Legislação semelhante ao atendimento do microempresário individual (MEI), com alíquota mínima às (aos) pós-graduandas (os);
- iv. Garantir a contabilização do período de formação no mestrado, doutorado e pós-doutorado como tempo de serviço para aposentadoria;
- v. Deve ser garantida a participação de representação (ões) discente (s) em comissões ou instâncias colegiadas paritárias para a instituição de regimento de bolsas construídos;
- vi. (Linha 106) Deve ser garantida, na ausência de restaurantes universitários, a concessão de auxílio para alimentação;
- vii. (Linha 89) Deve ser garantida, a transparência de critérios utilizados nos processos seletivos da pós-graduação, assim como os recursos financeiros disponíveis para bolsas e auxílios para o programa;
- viii. Direito ao acesso livre de comunicados institucionais;
- ix. Quanto ao documento de direitos, incorporar na caracterização das instituições, em todo documento: Substituir IES por “instituições de ensino superior e outras instituições de ensino e pesquisa públicas e privadas” ;
- x. (Linha 147) Garantir assistência e atenção à saúde física e mental da (o) pós-graduanda (o) no ambiente institucional de sua inserção;
- xi. Inclusão da solidariedade como princípio nas relações acadêmicas estabelecidas na pós-graduação;
- xii. Garantia de preceptoria / tutoria nas residências em saúde;

- xiii. Respeito à pluralidade de ideias e temáticas de pesquisadas (os) pós-graduandas (os) e à diversidade humana;
- xiv. Garantia de direitos reprodutivos, sem negação de direitos;

5.3.3. PROPOSTAS ESTATUTÁRIAS

- i. (art5) Congregar e representar todas(os) as(os) pós-graduandas(os) nos programas de pós-graduação das instituições de ensino superior e pesquisa brasileiras.



5.4. MOÇÕES

○ Moção apoio à mobilização dos estudantes de medicina e enfermagem da USP

Nós, delegados e delegadas do 41° CONAP, declaramos nosso apoio aos estudantes de medicina e enfermagem da USP e dos funcionários em sua luta contra o fechamento do pronto socorro do hospital universitário da USP-capital. Nos emanamos nesta luta contra a política de teto de gastos da USP que vem deteriorando as condições de estudo e trabalho na Universidade. É urgente que a reitoria da USP e o governo do estado de São Paulo tome as medidas necessárias para liberar os recursos necessários para reverter o processo de desmonte do HU. Hospital que é fundamental no atendimento da população da cidade de São Paulo.

○ Moção de apoio à greve nacional

O 41° CONAP conclama o conjunto dos pós-graduandos do país e suas entidades a realizar assembleia e reuniões com intuito de mobilizar os pós-graduandos em solidariedade à greve Nacional do dia 05 de dezembro de 2017, contra a Reforma da Previdência e em Defesa dos Direitos.

○ Moção de apoio à tese dos estudantes da Fiocruz para o 7o Congresso Interno da Fiocruz

O 41° CONAP a tese “Inclusão e assistência estudantil” submetida ao Congresso Interno da Fiocruz a ser debatida em plenária nos dias 11, 12 e 13 de dezembro de 2017. A tese foi proposta pela APG e formulada e aprovada em assembleia com estudantes de pós-graduação e é fundamental para a formulação de uma política institucional de assistência e inclusão estudantil.

○ Moção: Fica PIBID!

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) é um projeto que tem por objetivo a formação de futuras professoras e professores, através da integração entre os cursos de licenciatura das universidades públicas e privadas, escolas municipais e estaduais. O programa tem como função adentrar estas escolas públicas e com isso incentivar a pesquisa no campo da educação básica, pois entende que professores enquanto profissionais são também pesquisadores, em conjunto da formação docente permanente de professores supervisores destes projetos. O Programa sofreu cortes de 40% nas bolsas entre 2016 e 2017, acarretando na interrupção de pesquisas e projetos relevantes no âmbito da educação básica e do desenvolvimento, que visam uma reforma educacional. O retorno do PIBID é fundamental para a sociedade, pois é um projeto realizado dentro da escola e pela comunidade escolar, sendo assim um verdadeiro projeto pedagógico de produção de ciência.

Um dos argumentos para a criação da residência pedagógica é distância entre o PIBID e a realidade da escola pública brasileira. Na realidade nas escolas que não são contempladas pelo PIBID, não ocorre o vínculo com a Universidade, engessando a prática pedagógica docente, não havendo elo entre o saber escolar e o acadêmico, ou seja, a prática e a teoria. É de fundamental importância que esta troca ocorra não apenas para os futuros docentes, mas também para os professores supervisores, já que este é momento de diálogo e aproximação com a academia após sua entrada no mercado de trabalho, pois em nosso país não há uma política pública de Estado que incentive que o profissional dê prosseguimento à sua formação acadêmica.

O programa é autorizado pela secretaria de educação local, que delimita as escolas participantes em parceria com a Universidade. Acreditamos que na verdade, todas as escolas e licenciandos deveriam ser contemplados pelo PIBID, pois este é o único programa de iniciação oferecido para alunos da formação de professores e licenciaturas, e diferentemente do estágio probatório docente promove a iniciação dos mesmos no espaço escolar, permitindo desenvolvimento de projetos e pesquisas dentro das escolas, propiciando autonomia ao licenciando para desenvolver seu tema de interesse. É preciso reforçar a autonomia universitária, no âmbito do professor coordenador, professor supervisor e do aluno, compreendendo que todos estes agentes precisam ser pelo gerenciamento, aprofundamento e qualificação

do processo de formação do licenciando. Os cortes de vagas são inadmissíveis de tantas conquistas através do PNE, que ampliou as vagas do programa. Estes cortes são drásticos para a formação de uma área tão fundamental para o desenvolvimento de uma soberania nacional, portanto, entendemos que este é então, um processo de sucateamento da educação brasileira.

O PIBID leva o estudante de licenciatura – um agente ainda em formação acadêmica e laboral - diretamente para a prática e pesquisa pedagógica desde os períodos iniciais de sua formação. Desta forma, entendemos que o professor é também pesquisador e produtor de conhecimento. Uma das propostas do ministério da educação é a de que os alunos de terceiro e quarto anos de faculdade façam a residência pedagógica, pois teoricamente estes alunos estariam mais “aptos” a lecionar, por conta do acúmulo de conteúdos até então. Esta é mais uma a faceta nítida de que haverá uma precarização do trabalho do profissional da educação, pois esta proposta coloca o ainda estudante de licenciatura na posição de professor, mas sem os devidos direitos trabalhistas e previdenciários. Ou seja, coloca este futuro docente numa relação de subemprego, não resolvendo este gargalo da educação que é a formação profissional de professor. No projeto proposto é apresentada uma suposta tutoria, mas a forma que esta será realizada não é explicitada, dando margens para diversas interpretações – assim como a forma que funcionará a supervisão da faculdade para com este licenciando. Com isso fica nítido que este projeto apresentado pelo Ministério da Educação é apenas uma reformulação do que já é posto o Programa de Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência. Então, frente a mais uma enganação, fica o questionamento ao Governo Ilegítimo de Temer: Qual a verdadeira diferença entre o PIBID e a Nova Residência, para ocorrer o investimento de 2 bilhões de reais em um novo programa, ao invés da ampliação de um programa bem sucedido espalhado por todo o Brasil? É apenas mais um avanço do modelo neoliberal na educação, onde a precarização, a extinção do PIBID e a mercantilização da educação são marcas evidentes do projeto de governo e do aprofundamento de uma sociedade marcada pela preservação de valores conservadores e pela manutenção da desigualdade e exclusão.

O PIBID deveria ser a regra e realidade de uma educação brasileira pública e de qualidade. Exigimos a continuação e a ampliação do programa, das bolsas e de uma educação pública e de qualidade, que honre o compromisso com o ensino, a pesquisa e a extensão da formação superior e a retomada da implementação do Plano Nacional de Educação, promovendo assim uma educação emancipadora.

41º

CONAP

CONSELHO NACIONAL
DE ASSOCIAÇÕES
DE PÓS-GRADUANDOS

Tomo do 41 Conselho Nacional de Associações de Pós-Graduandos – 41 CONAP
Gestão 2016/2018: Em defesa da democracia, nenhuma direito a menos!

21

#FicaPIBID

#PorNenhumDireitoaMenos

#ForaTemer



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS

- Moção pelo arquivamento do processo administrativo contra nove alunos da USP São Carlos

Em maio deste ano, nove alunos da USP campus São Carlos sofreram com processos administrativos internos com possível pena de eliminação por terem participado da ocupação da prefeitura do campus em prol de melhorias no alojamento estudantil. Esta ação baseia-se na constituição obsoleta da universidade que usa como justificativa prezar pela ordem, bons costumes e preceitos morais.

Passamos por um momento de acirramento de lutas dentro da universidade e repudiamos as tentativas da reitoria de inviabilizar a organização estudantil através da coerção física ou administrativa.

Nos solidarizamos aos nove alunos da USP São Carlos e repudiamos este processo administrativo.

- Moção de arquivamento da sindicância sobre o JURA

Moção de arquivamento da sindicância aberta para apurar responsabilidades do JURA, Jornada Universitária pela Reforma Agrária, por realizar atividade junto ao MST, na Escola Superior de Agricultura Luís de Queiroz, Universidade de São Paulo, no mês de abril de 2017.

A universidade precisa ter um caráter popular, comprometida com o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, realizando o diálogo com as demandas sociais. Em contraponto, a sindicância possui claro caráter intimidatório e autoritário, denotando triagem ideológica na seletividade e diferença de tratamento em relação a outros eventos (de perfis mercadológicos), em detrimento do supracitado, de caráter social, voltado para a causa da reforma agrária, agricultura familiar, campesina e agroecológica.

Entendemos que esse ato se some a uma agenda de antivalores como a apologia do ódio ao diferente, de escolas sem pensamento crítico, da criminalização dos movimentos sociais e de censura, que não condizem com a universidade que defendemos.

Com isso, repudiamos este processo da sindicância e declaramos total apoio ao professor Marcos Sorrentino e à comissão organizadora do JURA.

○ Moção em apoio à prorrogação de bolsa em função de maternidade e adoção

A Associação Nacional de Pós Graduandos (ANPG), articuladora do PLC 62/17, vem por intermédio deste documento expressar seu apoio à sanção presidencial a esta peça legislativa que, já aprovada no Congresso Nacional. As aprovações na câmara dos deputados e no Senado Federal refletem a importância do tema à sociedade brasileira.

Em respeito à maternidade, aos direitos reprodutivos da mulher e aos laços familiares na formação dos indivíduos, a ANPG solicita a atenção do Excelentíssimo Sr. Presidente da República a esta demanda das pós-graduandas e dos e pós graduandos, a nível nacional, no sentido de sancionar a proposta legislativa de promoção de direitos.

○ Moção em defesa da Saúde e Democracia

O 41º CONAP da ANPG através do Fórum de Saúde no período de 24 a 26 de novembro de 2017 na cidade de São Luis reconhecendo que a ruptura democrática de 2016, a aprovação da PEC do teto de gastos, a revisão do PNAB, o sucateamento da farmácia popular e de outros programas e ações do SUS contribuem para o aprofundamento das desigualdades, vulnerabilidades e adoecimento e sem democracia, sem gestão participativa o SUS está ameaçado. Por isso reafirmamos nosso compromisso com a luta em defesa da democracia e com a ciência a serviço do desenvolvimento da Nação brasileira.

○ Moção contra a Escola Sem Partido

Nós, pós-graduandos, participantes do Conselho Nacional de Associações de Pós-Graduandos, viemos por meio desta repudiar toda e qualquer forma de cerceamento da liberdade e da autonomia dos professores de ensino básico, através do Projeto Escola Sem Partido.

O propósito deste projeto não é o de estimular a diversidade de pensamento crítico no espaço da escola, mas o de não permitir que o aluno tenha acesso a conhecimentos para sua formação, tornando-o, desta forma, um cidadão crítico e reflexivo, que consegue formular suas próprias perspectivas sobre a sociedade.

Estabelece-se um retrocesso sem precedentes na educação brasileira com Medidas Provisórias reformando o ensino Médio, “Lei da Mordaza – Escola Sem Partido”, a Reforma do Ensino Médio (Lei 13.715, de 16 de fevereiro de 2017), as alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no dismantelo do Plano Nacional da Educação, no dismantelo do Fórum Nacional de Educação (FNE), no Conselho Nacional de Educação (CNE), no rebaixamento da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), nos Cortes no Orçamento (LOA 2017) para a Educação Pública a Ciência e a Tecnologia, entre outras medidas.

O governo que quer implementar este tipo de educação só mostra o descompromisso com a necessidade de uma reforma real e discutida entre os profissionais da área.

A Escola Sem Partido não é neutra e imparcial, mostra o quanto querem podar as potencialidades da profissão de professor e considerar doutrinação qualquer movimentação que não seja preservar os valores mais conservadores da sociedade.

Precisamos e lutamos por uma educação crítica e emancipadora!

Em tempos de Temer, ser professor é um ato de resistência e coragem e que seu papel seja respeitado e valorizado, para reafirmar a convicção ao ato de ensinar e transformar uma sociedade mais justa e igualitária.